

REVISTA DOS CENTENÁRIOS

N.º 8 — 31 de Agosto de 1939 — ANO I



COMISSÃO EXECUTIVA DOS CENTENÁRIOS
SECÇÃO DE PROPAGANDA E RECEPÇÃO — REDACÇÃO: SECRETARIADO DA
PROPAGANDA NACIONAL — RUA S. PEDRO DE ALCANTARA, 75 - LISBOA

S U M Á R I O

AS FESTAS DOS CENTENÁRIOS, CICLO DE JUSTIÇA HISTÓRICA — UM GRANDE REI: D. JOÃO V — Dr. João Ameal	1
D. AFONSO HENRIQUES PODERÁ SER BEATIFICADO? — Padre Miguel de Oliveira.	7
A SECÇÃO COLONIAL DA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS.	14
A ESPADA DE AFONSO HENRIQUES — Carlos de Passos.	18
CASTELOS DE PORTUGAL — Feira — Cap. Jorge Larcher.	25
REVISTA DA IMPRENSA	29
NOTAS VÁRIAS	30

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

(P A G A M E N T O A D I A N T A D O)

	1 ano	2 anos
Continente e Ilhas adjacentes	25\$00	50\$00
Portugal de Ultramar	30\$00	60\$00
Estrangeiro	35\$00	70\$00

Número avulso: 2\$50

AS FESTAS DOS CENTENÁRIOS, CICLO DE JUSTIÇA HISTÓRICA

UM GRANDE REI: D. JOÃO V

As festas dos grandes Centenários da Fundação e Restauração de Portugal devem constituir um ciclo de ampla justiça histórica. Trata-se, sem dúvida, de honrar, no primeiro plano, os dois nobres vultos do Fundador e do Restaurador. Mas é oportuno e benéfico recordar também, com eles ou depois deles, outras grandes figuras da tradição nacional.

«A melhor maneira de servir o seu país é amá-lo e defendê-lo na integridade da sua História» — escreveu, um dia, António Sardinha (1). Parece-nos isto tanto mais exacto quanto, nesta quadra de legitimo orgulho português, é tóda a nossa História que abraçamos no mesmo relance evocador e que desejamos erguer na mesma consagração entusiástica.

Um dos maiores Soberanos de Portugal que reclamam a plena justiça da hora presente, é, sem dúvida, D. João V — vítima, no «século estúpido», das miseráveis e insistentes calúnias dos pseudo-historiadores da liberal-democracia. Quiz-se rebaixar e caricaturar esse «grande Monarca» — como lhe chamou Fortunato de Almeida (2) — e, para isso, cobriu-se o seu perfil de espessas sombras e teceu-se à sua volta uma lenda grosseira e absurda. Graças, porém, aos trabalhos honestos de vários investigadores e à própria limpidez da verdade que surge, essa lenda dissipa-se — e a glória do «Magnânimo» resplandece, íntegra e liberta, em justiceira claridade.

Do estudo que lhe dedicamos num volume a publicar no inverno, reproduzimos hoje um breve capítulo, no qual pomos em foco a política externa e as iniciativas a favor da Defesa Nacional no reinado do filho de D. Pedro II.

Nas suas relações com os países estrangeiros, distinguiu-se D. João V por um grande sentido do brio nacional — apoiado, ao mesmo tempo, numa energia e numa prudência dignas de todo o elogio.

Impossível, em tão breve espaço, dar uma ideia, sumária que seja, das complexas e incessantes questões diplomáticas em que Portugal se viu envolvido na primeira metade do século XVIII. Só isso, exigiria de-certo um grosso volume — e ainda ficaria imenso por di-

(1) Ao ritmo da Ampulheta, Coimbra, 1925, pág. 250.

(2) História de Portugal, Tomo IV, Coimbra, 1926, pag. 289.

zer. Contentemo-nos, pois, em citar algumas das culminantes manifestações da prudência e da energia a que aludimos.

Quando D. João V subiu ao trono, ainda durava, como se sabe, a Guerra da Sucessão de Espanha. Logo no seu primeiro ano de reinado, sofreram as nossas armas o desaire da infeliz batalha de Almança (25 de abril de 1707) e os espanhóis tomaram-nos Alcântara, Serpa e Moura — que, aliás, haviam de abandonar dentro de alguns meses. A campanha arastou-se, com vários episódios, até 1712, cujo outono foi assinalado pela magnífica defesa de Campo Maior. Por fim, assinou-se a paz em Utrecht e Portugal viu-se frustrado das vantagens que lhe tinham sido prometidas pelos seus aliados, no tratado de 1703.

Desde então, solicitado com frequência para tomar partido nas grandes contendas europeias do tempo, D. João V, desiludido e cauto, defendeu sempre a sua neutralidade: em 1719, ao resistir às sugestões britânicas para entrar na Quadrupla Aliança contra a Espanha, pelo que mereceu inclusivamente os elogios do próprio ministro francês Dubois (1); em 1725, ao excusar-se a ceder às instâncias dos dois grupos de potências (Austria e Espanha dum lado — Liga do Hanover, do outro, incluindo a França e a Inglaterra), com aplauso unânime da nação, que receiava os perigos de qualquer das duas hipotéticas alianças; em 1733, ao conservar-se em igual posição no debate suscitado pela eleição do novo Rei da Polónia; entre 1740 e 1746, quando, atuada a conflagração entre os maiores Estados continentais, soube, como diz o Visconde de Santarem, «manter a mais estrita neutralidade, conservando o seu Reino em Paz no meio da guerra geral em que ardia a Europa», e alcançou um tal prestígio que veio a ser convidado para mediador por alguns dos beligerantes (2).

Esta sistemática e inteligente reserva não era incompatível com certa audácia, quando as circunstâncias a tornavam necessária ou vantajosa. Assim, para zelar os direitos e prerogativas que ambicionava idênticos aos das potências de primeiro plano, não hesitou D. João V em romper as relações diplomáticas com a França durante quatorze anos, por ocasião do famoso incidente com o Embaixador Livri; não hesitou igualmente em correr o risco de guerra com a Espanha, ante o insólito procedimento havido em Madrid com o nosso Embaixador Pedro Alvares Cabral; não hesitou ainda em mandar prender certo capitão holandês que se atrevêra a usar de violência com o guarda-mór de Setúbal e em embargar os navios de guerra daquele país, então surtos no Tejo — como em castigar as insolências repetidas do capitão inglês Norris, a quem ameaçou de fazer meter no fundo barcos do seu comando emquanto não chegassem, do governo londrino, as satisfações que acaba-

(1) Despacho de Dubois para o Conde da Ribeira, Embaixador Extraordinário de Portugal, com data de 2 de janeiro de 1720. (Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros de França, Vol. III da Correspondência de Portugal, f. 85).

(2) Visconde de Santarem: Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do Mundo, Tomo Quinto, págs. CXVII, CXVIII, CXXXIV a CXXXVIII, CXCVII).



D. JOÃO V

ram por vir (1). Mesmo a sua devoção e respeito pela Santa Sé não impediram D. João V de com ela romper relações diplomáticas para impôr a concessão do cardinalato a Monsenhor Bichi — rompimento que se prolongou durante quatro anos (2). Em 1734, convidado a enfileirar junto à França, Espanha e Sardenha, na guerra contra a Áustria, teve esta resposta em que se marca um raro sentido das oportunidades e um aproveitamento ousado das circunstâncias: «que pelo que lhe dizia respeito não via nisso proveito algum para a sua Corôa, salvo se, para ligar-se com êles, quisesse a Espanha ceder-lhe a Galiza e a Andaluzia com o pôrto de Cadiz» (3). Guerra inútil, não a queria D. João V. Só valeria a pena fazê-la para tornar Portugal maior e mais poderoso.

Por isso o nosso prestígio alcançou a máxima culminância no reinado do «Magnânimo». Ao passo que os govêrnos a quem pedíamos satisfações ou reparações se apressavam a dá-las, aquêles com quem rompiamos o convívio diplomático eram os primeiros a esquecer agravos ou escrúpulos de amor-próprio e a tomar a iniciativa da reconciliação. Assim, o Papa Clemente XII, em 1731; assim, Luiz XV de França, em 1737. E numa hora amarga para o seu orgulho, quando os poderosos Reis Católicos, feridos pela atitude do mesmo Luiz XV, que desmanchara o casamento com a Infanta de Espanha D. Mariana Vitória, quiseram oferecer a sua filha uma posição compensadora—logo pensaram em lhe dar por noivo o nosso Príncipe D. José. «Era natural que assim fôsse». — escreve Caetano Beirão — «Dos tronos católicos, excluídos o de França e o do Império, onde colocá-la mais brilhantemente do que no de D. João V?» (4)

Não há dúvida: Portugal, nessa grande época tão desfigurada, tão ultrajada pelos historiôgrafos levianos ou tendenciosos, atravessava — como diz o mesmo historiador — «um período áureo...»

Desejoso de poder garantir ao país os meios necessários para falar de igual para igual aos maiores Estados da Europa e, caso fôsse necessário, honrar o seu nome pela força das armas, não descurou o Rei tudo que se referia ao exército e à marinha — ambos experimentados por longas lutas e organizados em moldes antiquados e censuráveis. Logo de início, a-pesar-de cingir a corôa em plena adolescência, as providências nêsse sentido assina-

(1) Também em 1744, quando os corsários franceses capturaram alguns navios nossos, sob o pretexto de que levavam a bordo coisas pertencentes aos ingleses — França e Grã-Bretanha encontravam-se então em guerra — tão vigorosa foi a reacção do govêrno português que o Rei de França, embora aquelas presas já tivessem sido sentenciadas, viu-se forçado a anular as sentenças e o incidente resolveu-se de forma amigável e honrosa para nós.

(2) Vêr, a êste respeito, Judice Biker, Suplemento à Colecção dos Tratados, Tomo II, págs. 332 e seg. — e Fortunato de Almeida, História da Igreja em Portugal, Tomo III, Parte II, págs. 92 a 103.

(3) Quadro Elementar, Tomo Quinto, pág. 259.

(4) Cartas da Rainha D. Mariana Vitória para a sua família de Espanha. Lisboa, 1936. Introdução, pág. LXVII.

laram-se. Ouçamos um autor que não mostrou excessiva simpatia pelo neto do «Restaurador» — Latino Coelho:

— «Logo no começo do reinado atentara D. João V em que os exércitos portugueses, na sua antiquada organização, andavam dissonantes do que neste ponto observavam as potências empenhadas na guerra da sucessão. A antiga forma de tércos de infantaria e de tropas isoladas de cavalaria, representava um atrazo mui desvantajoso em relação ao que então se costumava nos exércitos europeus. Os tércos que em 1707 operavam na Catalunha, sob o mando do Marquez de Minas, e as tropas de cavalo daquele exército, foram constituídas em regimentos, cujos comandantes receberam a denominação de coronéis. Naquele próprio ano se ampliou a tôdas as tropas de Portugal a nova organização.» Lamentamos não poder continuar com a transcrição de Latino — mas os pormenores que fornece a seguir exigiriam espaço muito superior àquele de que dispomos. Sublinhemos apenas que foi no Regimento de 15 de novembro de 1707, modelado pelas ordenanças militares francesas, que se determinou esta organização nova — isto é, menos de onze meses depois da aclamação do jovem Monarca, então apenas com dezoito anos. Latino ainda reconhece ter sido «nos princípios do reinado de D. João V que pela primeira vez se reduziu a corpo de legislação um esboço de código penal para o exército» (1). Acrescente-se que, ainda neste período, se fundaram os arsenais de Lisboa e de Extremoz e a fábrica de pólvora de Barcarena, inaugurada em 8 de dezembro de 1729; se instituíram duas novas Academias militares, uma em Elvas outra em Almeida, e, para uso das aulas nessas Academias, mandou o Rei traduzir a célebre Fortificação Moderna, de Pfeffinger, sendo também digno de relêvo o Engenheiro Portuguez de Manuel de Azevedo Fortes. Enfim, num melindroso lance, quando se esteve prestes a entrar em guerra com a Espanha, o exército foi elevado a 80.000 homens (cifra considerável para o tempo) e as praças fronteiriças foram artilhadas e municiaadas. — «E note-se» — friza D. Miguel Sotto-Mayor — «que D. João V, nesta conjuntura, não foi pedir aos estrangeiros dinheiro, nem tropas, nem oficiais para comandar o seu exército; o que prova que o Monarca tinha confiança nos seus próprios meios para sustentar a campanha.» (2)

Quanto à marinha, há a registar, neste reinado, um verdadeiro ressurgimento. Ajudado pelo Marquês de Fronteira e por seu irmão, o Infante D. Francisco, D. João V dispensou-lhe especiais cuidados. Pensava nisso, ao que parece, desde 1710. Em 1713, a nossa esquadra compunha-se de quinze navios. Os barcos que comboiavam as frotas do Brasil deviam estar desarmados, pois em maio de 1714, para dar combate a uma armada argelina que pairava frente ao porto de Lisboa, foi preciso armar quatro a tôda a pressa, que saíram

(1) História Política e Militar de Portugal desde os fins do XVIII século até 1814, Lisboa, 1891, Tomo III, págs. 41 a 43.

(2) O Marquez de Pombal, Exame e História Crítica da sua administração. Porto, 1905, pág. 342.

sob o comando do Vice-Almirante Conde do Rio-Grande (1). Em 1716, o estado bem diferente da nossa esquadra permitiu a D. João V corresponder ao apêlo do Pontífice Clemente XI, para o auxiliar contra os corsários turcos, que ameaçavam a Itália. A opinião portuguesa era inteiramente favorável à expedição — e portanto, ao atender o pedido de Roma, nada mais fez o Soberano senão interpretá-la e satisfazê-la. Diz muito, bem, a este respeito, Eduardo Brazão: — «D. João V, quando quasi todos os monarchas cristãos, como os Reis de Espanha e de França, abandonavam a Igreja de Roma à fúria inimiga do poderoso Crescente, aproveitava a reorganização da sua marinha para, num gesto magnifico e nobre, auxiliar o Pontífice, dando motivo, ao mesmo tempo, a que as armas portuguezas se mostrassem à altura do seu valor. Muito ficávamos devendo à Igreja através da nossa História; não era demais que o Rei de Portugal a socorresse num momento de perigo para os seus Estados e para a própria cristandade, dentro da qual o nosso país tinha um lugar de relevo.» (2)

O certo é que os nossos marinheiros se cobriram de glória na batalha de Matapão — ganha (como salientou o próprio Clemente XI) «principalmente pelo valor português.» (3)

Não ficou por aqui D. João V. Em julho de 1717, uma nau de 64 peças era lançada ao mar e em novembro do mesmo ano quatro navios de guerra comprados à Holanda entravam no Tejo. Outra fragata de 40 peças foi posta a navegar em 1729. Em 1734, havia mais cinco náus nos estaleiros; em abril de 1735, dois navios de 70 peças se lançavam também à água, enquanto se construíam mais quatro no Brasil.

Como se vê, a marinha foi elevada, durante o período que observamos, a um notável grau de potência e de combatividade. «Tínhamos então navios de guerra por toda a parte» — registou Bernardes Branco (4). Ainda sob este ponto de vista estávamos à altura do prestígio a que D. João V soubera elevar a Nação.

Repare-se bem, todavia: se o Rei atendeu pela forma que vemos, com diligência e eficácia, ao supremo imperativo da Defesa Nacional, quer nas complexas negociações das chancelarias, quer no apetrechamento do exército e na valorização da armada — o seu longo governo, de quasi meio século, foi dos períodos menos sangrentos da nossa História. Sempre evitou ao país lutas e invasões, a-pesar-de manter, pura e íntegra, a dignidade do nome português. E Francisco Luiz Gomes fez-lhe o maior elogio ao memorar: — «S'il fut prodigue de l'argent de ses sujets, (il) fut du moins avare de leur sang, et sut apprécier les bienfaits de la paix.» (5)

JOÃO AMEAL

(1) Quadro Elementar, Tomo Quinto, págs. CCXLVI e CCXLVII.

(2) D. João V e a Santa Sé, pág. 170.

(3) *Judice Biker*, Op. cit., Tomo X, pág. 296.

(4) Portugal na Epoca de D. João V. Lisboa, 1885, pág. 265.

(5) Le Marquis de Pombal, esquisse de sa vi publique. Lisbonne, 1869, pág. 28.

D. AFONSO HENRIQUES PODERÁ SER BEATIFICADO?

É bem conhecida a sentença pronunciada por Alexandre Herculano sôbre as lendas com que a piedade cristã e o sentimento nacional foram embelezando a figura do nosso primeiro rei. Quanto às lendas da infância, diz o historiador: «Como a de Carlos Magno ou de Artur; como a deadores de antigas vida foi desde o berço lhas e milagres pela felizmente os inexo contemporâneos des testemunho em con não menos severo si dos sonhos que uma tica e piedosa que perpetuou». Falando simpatia que D. Afon à gente portuguesa, «Este affecto nacional Afonso Henriques a e a pretender que conquistador a coroa signação do mártir. paz e de humildade Roma lhe conceda ligião também vene nos ensina que, ao lido e carcomido por Cruz, vamos saũdar mem, sem o qual não portuguesa e, por o nome de Portugal».



GRAVURA ANTIGA SÔBRE O MILAGRE DE OURIQUE

(Da colecção do Ex.^{mo} Sr. João Jardim de Vilhena)

Não há motivos cialmente os juízos dor, mas nem por interessante apreciar de novo os «indícios de santidade» de D. Afonso Henriques, apresentados pelos escritores antigos. Foram os cónegos de Santa Cruz e os monges de Alcobaça quem mais se esforçou por elevar o fundador da Monarquia portuguesa à glória dos altares. Analisando os documentos que para isso tiveram de inventar, vê-se que os inspirava tanto a devoção patriótica como o interêsse dos seus mosteiros.

para modificar essen- do grande historia- isso deixa de ser inter-

No século XVIII, a causa encontrou dedicado paladino e diligente advogado no Doutor José Pinto Pereira, que Diogo Barbosa Machado nos diz nascido em Guimarães a 31 de março de 1659 e falecido a 17 de fevereiro de 1733. Esteve êle em Roma como Expedicioneiro régio, durante 29 anos, e lá compôs vários trabalhos que lhe granjearam fama de muito erudito. Um dêles era a notícia genealógica de Bento XIII, para demonstrar como o pontífice descendia de el-rei D. Dinis e da Rainha Santa Isabel e tinha por décimo nono avô o rei D. Afonso Henriques. Apareceu esta genealogia em 1724, e não será temerário supor que se destinava a interessar o papa na beatificação do seu famoso antepassado. Volvidos quatro anos, o Doutor Pinto Pereira brindava-o com obra de maior fôlego, intitulada: *Apparatus historicus decem continens argvmenta, sive non obscura Sanctitatis indicia, religiosissimi Principis D. Alfonsi Henrici primi Portugalliae regis: Quem, velut Phaenicis cineres, duplici Sole fovendum Sanctissimo Domino Nostro Benedicto Papae XIII. et Majestati Joannis V. Portugalliae, Indiae, Angolae, et Brasiliae Regis. Praesentat, dedicat, consecrat Josephus Pinto Pereyra Lusitanus, etc. Romae, ex Typographia Bernabò, MDCCXXVIII.*

D. António Caetano de Sousa informa a-propósito: «Este livro depois de ter sido approvado por ordem do Mestre do Sacro Palacio, por dous Consultores da Congregação de Ritos, o deu seu Author a todos os Cardiaes, e muitos lhe seguraraõ, que era abundante a prova para este Rey ser beatificado; porém naõ sey se neste importantissimo negocio se trata com aquella efficacia, que merecia o Fundador da Monarchia Portugueza».

É o «Apparatus» um in-4.º de XXIV-220 páginas e abre com uma dedicatória em latim ao Papa e outra ao Rei.

Os argumentos encontram-se compendiados numa espécie de índice preliminar que transcrevemos com a indicação das páginas, para se avaliar da importância relativa que lhes cabe no volume:

SYLLABUS ARGUMENTORUM.

Primum argumentum, Sive indicium Sanctitatis Religiosissimi Regis Alfonsi Henrici, est: Apparuisse illi Christum Dominum, Victoriam de Infidelibus promittentem; et in eo, tanquam in firmissima petra, Imperium sibi fundantem.

PÁG. 1

Secundum argumentum, Sive indicium Sanctitatis Magni Regis Alfonsi est: Fuisse impetratum à Deo post longam sterilitatem, et piis parentum precibus, et S Joannis Ceritae efficacibus orationibus ad perfidiam delendam, et Fidem propagandam.

23

Tertium argumentum, Sive indicium Sanctitatis est: Restituisse Deiparam Alfonso, adhuc puero, expeditum pedum usum, ei à natura negatum, ut in aetate virili, tanquam suus proprius Miles, aspidem, et basiliscum Africanos conculcasset.

29

Quartum argumentum, Sive indicium Sanctitatis inclyti Alfonsi est: Visam fuisse Reginam Hominum, et Angelorum in praeliis contra Mauros eidem ferre supplicias: Et etiam Sanctos Angelos pro eo in acie pugnare: Illique Santum Bernardum, cui Rex se voto obstrinxerat Monasterium aedificandi, apparentem praedixisse, manibus utrinque datis de eventus securitate, unius noctis compendio expugnaturum Scalabim.

39

Quintum argumentum, Sive indicium Sanctitatis invicti Regis Alfonsi, formatur; Ex magno Fidei zelo, quo in tota Lusitania per sudores militares, et res praeclarè gestas, inimicos Crucis Christi contrivit, et extirpavit.

57

Sexum argumentum, Sive indicium Sanctitatis Regis Alfonsi deducitur: Ex inclyta Institutione duorum Ordinum militarium, Avis scilicet, et Alae; ut etiam è sepulchro per illas sacras Militias Infideles debellaret.

67

Septimum argumentum, Sive indicium Sanctitatis Regis Alfonsi eruitur: Ex pia fundatione centum, et quinquaginta illustrium Basilicarum, et divitum Caenobiorum, aliorumque Templorum in terris à se ereptis ab Infidelium tyrannide, ad cultum Deo praestandum sacrificiis, et laudibus, nullo sibi in toto Regno Palatio aedificato.

83

Octavum argumentum, Sive indicium Sanctitatis Regis Alfonsi colligitur: Ex egregia oblatione, qua se, et suum Regnum, Principi Apostolorum, et Romanae Ecclesiae; necnon Sanctae Mariae Monasterii Claraevallis, sub annuis auri censibus, tributarium constituit.

95

Nonum argumentum, Sive indicium Sanctitatis Regis Alfonsi infertur: Ex summa in Christi Vicarios pietate, et observantiâ: ac ex pia affectione erga omnes Sanctos Viros, cum quibus Devotus Princeps jugiter conversabatur, tam in pace, quàm in bello, tam extra, quàm intra claustra; indesinenter pertractans coram, et per Epistolas, de animae suae remedio, de cultu Dei promovendo, et de Fide propaganda.

111

Decimum argumentum, Sive indicium Sanctitatis Regis Alfonsi Henrici resultat, et coalescit: Ex virtutibus haeroicis à se in vita excultis, et coelestibus favoribus ipsi à Deo collatis, prodigiisque post mortem; ac etiam ex admirabili Corporis incorruptione cum suavissimo odore: necnon ex fama posthuma, qua per tot saecula audit: Princeps Catholicus, inclytæ recordationis, et recolendae memoriae; diligens fidei Orthodoxae propagator; filius devotus Sacrossanctae Romanae Ecclesiae; inimicorum Crucis Christi intrepidus extirpator; Vir omnium virtutum genere admirandus; Reipublicae exornator; futurorum Regum exemplar; Pius, Beatus, et Sanctus.

165

Na explanação dêstes dez argumentos, Pinto Pereira mostra um cabedal teológico muito inferior à boa fé e exemplar paciência com que perlustrou os cronistas. Devemos crer que não passou de simples cumprimento o elogio que lhe fizeram alguns Cardiais, pois nenhum dêles teria grande dificuldade em se constituir «advogado do diabo» neste processo.

Com o maior respeito pela memória de D. Afonso Henriques, que, como adiante se dirá, foi talvez de todos os nossos monarcas o que melhor realizou o ideal do «herói cristão», e ressaltada a nossa crença na possibilidade e existência de verdadeiros milagres, vejamos sumariamente o que valem os «argumentos» alegados.

Quanto ao aparecimento de Jesus Cristo em Ourique, não há que repetir a prova de ser apócrifo o documento fundamental — o juramento datado de 1152 e atribuído ao próprio rei. A gênese da lenda pode talvez explicar-se pelo paralelismo que a imaginação popular mais uma vez encontraria entre D. Afonso Henriques e o imperador Constantino.

Há lendas semelhantes que só pertencem à história porque influíram na vida dos povos e inspiraram feitos reais. A tradição que atribuía a Pelágio a visão duma Cruz no céu, ao iniciar a Reconquista, levou o rei Favila a dedicar uma igreja à Santa Cruz, em Cangas de Onis. É ela que explica a adopção da Cruz no estandarte das tropas cristãs, no brasão do principado cudo que ainda con Oviedo. Tôdas essas seguinte legenda, tantino :

*Hoc signo tue
Hoc signo vin*

A tradição do apago ao rei Ramiro, de Clavijo, deu ori chamados *Votos de fere* outra aparição postela, emquanto a cidade de Coimbra. do povo e dos guer que Santiago ia à cristãos, montado em recontros com os

Estas lendas pa modêlo o episódio por Eusébio no *De é* que a exigente cri a autenticidade da vi não obstante o teste de outros escritores Tratar-se-ia da sim lendas pagãs, como Quinto Cúrcio e Tito aparecimento de Hér de Cástor e Pólux na gilo.

Se o milagre da assim ameaçado de da lenda, como não brumas de sonho o

O primeiro «argumento» de Pinto Pereira já hoje se não pode invocar. O mesmo se diga do quarto, sôbre o qual se observa igual silêncio da história e paralelismo de visões.

Outro tanto valem os «argumentos» segundo e terceiro. «Até a idade de catorze anos, diz Herculano, o filho do conde D. Henrique apenas figura como confirmante de alguns diplomas de sua mãe»; não lhe guarda a história outras memórias. Fôssem embora históri-



GRAVURA DE O. COR. NUM DOCUMENTO DO REINADO DE D. JOÃO V PARA A TENTATIVA DE CANONIZAÇÃO DE D. AFONSO HENRIQUES

(Da colecção do Ex.^{mo} Sr. Dr. Vasco Valente)

*tur pius
citur inimicus.*

recimento de Santiana suposta batalha gem à instituição dos *Santiago*. A que redo Apóstolo em Com-Fernando I cercava radicou no espírito reiros a crença de frente dos exércitos cavalo branco, nos mouros.

recem ter tôdas por miraculoso contado *vita Constantini*. O pior tica moderna rejeita são constantiniana, munho de Eusébio e contemporâneos. ples transposição de as referidas por Lívio a respeito do cules a Alexandre e batalha do lago Re-

ponte Mílvia está passar ao domínio há-de perder-se em milagre de Ourique?

cos os prodígios do nascimento e da cura em Cárquere: não constitui de per si indício de santidade o milagre de que se é beneficiário.

Deixemos por agora os restantes «argumentos» e passemos ao décimo, isto é, milagres *post mortem*, atribuídos a D. Afonso Henriques. Pinto Pereira liga alta importância à incorrupção do cadáver, atestada por testemunhas dignas de quais Francisco de em carta a Pedro de ta sorte as excelên

«Cidade rica do
Corpo do seo
Qu'inda vimos
Ha tão pouco,
Dos annos, que

A abertura do túmulo registada em Santa Maria, em 25 em presença del-rei mostrou seu corpo que estaua inteiro, bello, e delle sahia Prodigio é este que se poderá verificar. tretanto, o seu valor

Os cronistas de Cruz solicitam a nos tros casos maravilho turalmente o primei ções do rei. Assim cas... Nas que se desti privilégios dos dois quer descobre o in inventadas. Há uma, vela menos o interês exaltação do senti que se refere á toma um velho códice de Al Henriques appareceu Cruz, na noite a se

zendo que por vontade de Deus fôra com seu filho D. Sancho combater ao lado de D. João I; e, ditas estas palavras, «a logo trasportaleceo, que não foi ende mais visto, quedando costeiros todos, pasmados do que aviom visto». O erudito Viterbo limita-se a comentar: «Não acreditamos a noticia por ser de uma penna convencida de impostora». (*Elucidário*, v. Costeiro).



GRAVURA ACOMPANHADA DA ESTÂNCIA DE «OS LUSIADAS» ALUSIVA AO MILAGRE DE OURIQUE

(Da coleção iconográfica do Ex.^{mo} Sr. João Jardim Vilhena)

Santo
Rey Primeyro,
com espanto,
todo inteyro,
podem tanto».

mulo fêz-se, segundo por D. Nicolau de de Outubro de 1515, D. Manuel, e «se ao pouo, e foi visto todo em carne, e cacheiro mui suave». ainda, qualquer dia, Não discutamos, enprobativo.

Alcobaça e Santa sa atenção para ou- sos. Ocupariam na- ro lugar as apari- elas fôssem autênti- navam a corroborar mosteiros, quem- tento com que foram porém, em que se re- se particular que a mento patriótico: é a da de Ceuta. Conta cabaça que D. Afonso aos Cónegos de Santa guir à conquista, di-

Não vale a pena esmiúçar outros «milagres», que podem ler-se na *Chronica dos Conegos Regrantas*, na *Monarchia Lusitana* e no *Apparatus*, pois nenhum se apresenta digno de crédito. Tinham necessariamente de se malograr as tentativas que se fizeram, em tempo de D. João III e D. João V, para canonizar o nosso primeiro rei.

Abstraindo do interesse dos mosteiros, andou em tudo isto um sentimento patriótico muito respeitável e uma veneração que efectivamente se deve à memória do fundador. O patriotismo encontrou semelhança, ou até superioridade, comparando Afonso Henriques a Carlos Magno. E este tem culto em algumas igrejas da França e da Bélgica; em 1661, a Universidade de Paris tomou por patrono «S. Carlos Magno». Com razão escreveu o P.^e António Pereira de Figueiredo: «A qual pia affeição da nossa gente para com ElRey D. Affonço, não era menos bem fundada, do que a com que em tempos mais antigos tinham algumas Igrejas Cathedraes de França decretado culto, e honras de Santo ao seu Carlos Magno» (*Elogios dos Reis de Portugal*, pág. 29-31).

Ora convém saber que a Igreja romana apenas tolera esse antigo culto, sem o reconhecer oficialmente. O rei franco não resistiria mais que o nosso a um processo regular de canonização. Se o culto de D. Afonso Henriques houvesse continuado em Portugal, como consta que existiu outrora, talvez a Igreja usasse com elle da mesma tolerância.

Segundo o Código de Direito Canónico, as causas de beatificação e canonização só podem intentar-se por dois processos: o de não-culto e o de culto. Ambos parecem inviáveis para este caso. Todavia, a figura de Afonso Henriques ergue-se das sombras do passado para outras homenagens da Igreja — as da admiração e reconhecimento que ela vota aos heróis que dilataram o reino de Cristo. Não pequena honra nossa é já esta de basearmos oito séculos de história nos feitos dum herói cristão.

Deve ser muito aproximado da realidade este perfil de Afonso Henriques, inserto no exemplar da *Chronica Gothorum* que pertenceu a André de Resende:

«De hoc autem viro tanto tamque inclyto fari digne quis poterit? Nemo. Fuit namque vir armis strenuus, lingua eruditus, prudentissimus in operibus suis, clarus ingenio, corpore decorus, pulcher aspectu, et visu desiderabilis, totus in fide Christi Catholicus, erga cultores Religionis supplex, multumque benevolus, ac deuotus. protexit totum Portugalle gladio suo, adeptus est Regnum, et dilatauit Dominus per eum fines Christianorum».

É neste sentido que realmente valem, à parte um ou outro pormenor histórico, os «argumentos» que acima deixámos de considerar. E é assim, como herói cristão, que D. Afonso Henriques domina verdadeiramente todos os reis que lhe sucederam no trono de Portugal. Nenhum outro merecerá tão perfeito elogio.

Como lembrança do culto prestado antigamente ao fundador da Monarquia portuguesa, reproduzimos de Fr. António Brandão a seguinte nota e comemoração litúrgica:

«Destes, e de outros casos semelhantes se fica entendendo, que viue el Rey Dom Afonso glorioso na eterna bemaenturança, pois do lugar dos mortos não era conueniente que viesse exercitar estes actos de esforço, e religiosa piedade. [*Refere-se ao pretensio milagre de Ceuta*]. Bem entendiaõ isto os Religiosos antigos de Alcobaça, pois não só ordenarão se fizessem os officios, e celebrassem Missas por este Rey com ornamentos de festa, como ainda oje se vza, mas tambem lhe compuseraõ hũa comemoraçaõ, como de bemaenturado. Em o Mosteiro de Loruão vi hum liuro de pequena leitura escrito em pergaminho, em o qual está a commemoraçaõ que digo del-Rey Dom Afonso Henriques. E outra quasi do mes-

mo theor ainda que mais acrescentada nas palauras achei em a liuraria de Alcobaça em o fim do liuro da vida de Sam Martinho, em o qual ha muitas cousas tocantes a Santiago, e ao Emperador Carlos Magno. Diz a commemoração deste modo.

Antiphona. — Inuictissime Rex Alphonse propugnator strenue nostri Regni defensor sanctissime, qui mox à puero in fide Bæatæ Virginis Matris Dei dominæ nostræ susceptus, cuius oraculo, & patrocinio tibi arum sanitatem recepisti: ac tibi in maturam ætatem peruenisti, fidei armis, spei galea præmunitus, & zelo charitatis accensus, cum viginti Maurorū Regibus, & Imperatore Miramolino collatis signis, sed parua manu dimicasti, ac Christum Dominum nostrum Cruci affixum nocte intempesta vidisti, & vniuersam Lusitaniam fidei iugo subdidisti, & Regni nomen sublimasti, quæsumus pro nobis apud Deum tuis præcibus intercede, vt nos mente puros, Regnum nostrum florentissimum esse velit, & ab omni calamitate munire.

Vers. — Ora pro nobis famulis tuis inuictissime Rex Alphonse.

Resp. — Vt digni efficiamur promissionibus Christi.

Oratio. — Deus omnium honorum largitor melliflue, apud quem summa hominum regnorumque potestas est, quique beatissimum Alfonso Regem ad Lusitaniam sceptrum euexisti, & in hoc mundo agentem summis beneficijs decorasti, concede quæsumus eiusdem meritis nostrum hoc Regnum, Reges, ac Principes tranquillitate, & optata pace semper gaudere, nosque supplices tuos virtutum omnium incrementis, sic eiusdem Regis Alfonsi vitæ instituta sectari, vt gloria quoque participes fieri mereamur. Per Dominum nostrum, etc.».

P.^e MIGUEL DE OLIVEIRA



A SECÇÃO COLONIAL DA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS

A Exposição Histórica do Mundo Português compreende, como é já conhecido, uma secção colonial que será um complemento do certame que está sendo organizado no vasto terreno marginal do Tejo, em frente ao mosteiro dos Jerónimos.

O local escolhido para a demonstração do Ultramar foi o Jardim Colonial — vasto parque que se estende desde as traseiras do Paço de Belém, na encosta da Ajuda, até à capela da Memória, erecta por motivo dos acontecimentos históricos dos Távoras, no atentado contra a vida do rei D. José.

O recinto presta-se admiravelmente, pelas suas condições topográficas e pelos seus arruamentos, bem tratados, bordados de espécies vegetais de acentuada beleza. Nos seus canteiros, recintos, viveiros e estufas vicejam curiosos espécimes da flora tropical, que lhe dão um ambiente curioso e ao mesmo tempo apropriado para o fim escolhido. Dificilmente se encontraria em Lisboa uma área ajardinada com perspectivas semelhantes.

Pelos seus rincões vão ser disseminados pavilhões diversos tendo nesta exposição, cada uma das colónias, o seu pavilhão privativo. Esta resolução, que é de agrado certo para as colónias, visa a salientar as suas características sob o ponto de vista etnográfico, que é, afinal, o fundamento da exibição.

Dentro desta orientação serão concatenados todos os motivos demonstrativos das raças aborígenes, por meio de fotografias, utensílios — domésticos e de misteres — vestuário, adornos, armas, etc. Os pavilhões, tanto exterior como interiormente, obedecem, na sua disposição, às características étnicas, quanto possível, para dar uma ideia, aos visitantes, dos usos e costumes dos povos ultramarinos.

Para que a sugestão seja o mais aproximada possível, por meio de mapas em relêvo, dioramas, dispositivos e outras composições de uso neste processo de esclarecimento — são apresentados outros pormenores, elucidando quanto à localização das raças, densidade da população, organização civil e política dos povos, recursos locais e sua valorização pela obra de civilização e colonização nacional.

Paralelamente, em complemento, composições espalhadas por vários locais do parque darão ideias mais concretas sobre a arquitectura e arte colonial, reproduzindo, em tamanho natural ou por miniaturas, monumentos, edifícios, aldeias, recantos de povoações e até trechos de ruas, com a sua nota exótica, em muitos casos completamente desconhecidos na Metrópole, da maioria dos compatriotas europeus.

Outros pormenores da vida africana e oriental serão também carreados para a demonstração do Império Colonial Português. Estão nesses casos a propaganda das matérias

primas, na sua maioria produzidas pelos indígenas, ainda que aperfeiçoadas ou preparadas pela intervenção do colono branco; a divulgação das belezas naturais das colónias portuguesas revelando na Europa aspectos de surpreendente encanto, alguns absolutamente desconhecidos; e a pujante cinegética dos territórios ultramarinos, riqueza inexplorada, que pode despertar a atenção de apaixonados cultores — tudo reunido num sector de aliciente turismo, exótico, quasi ignorado e com a sua nota de impressionante ineditismo.

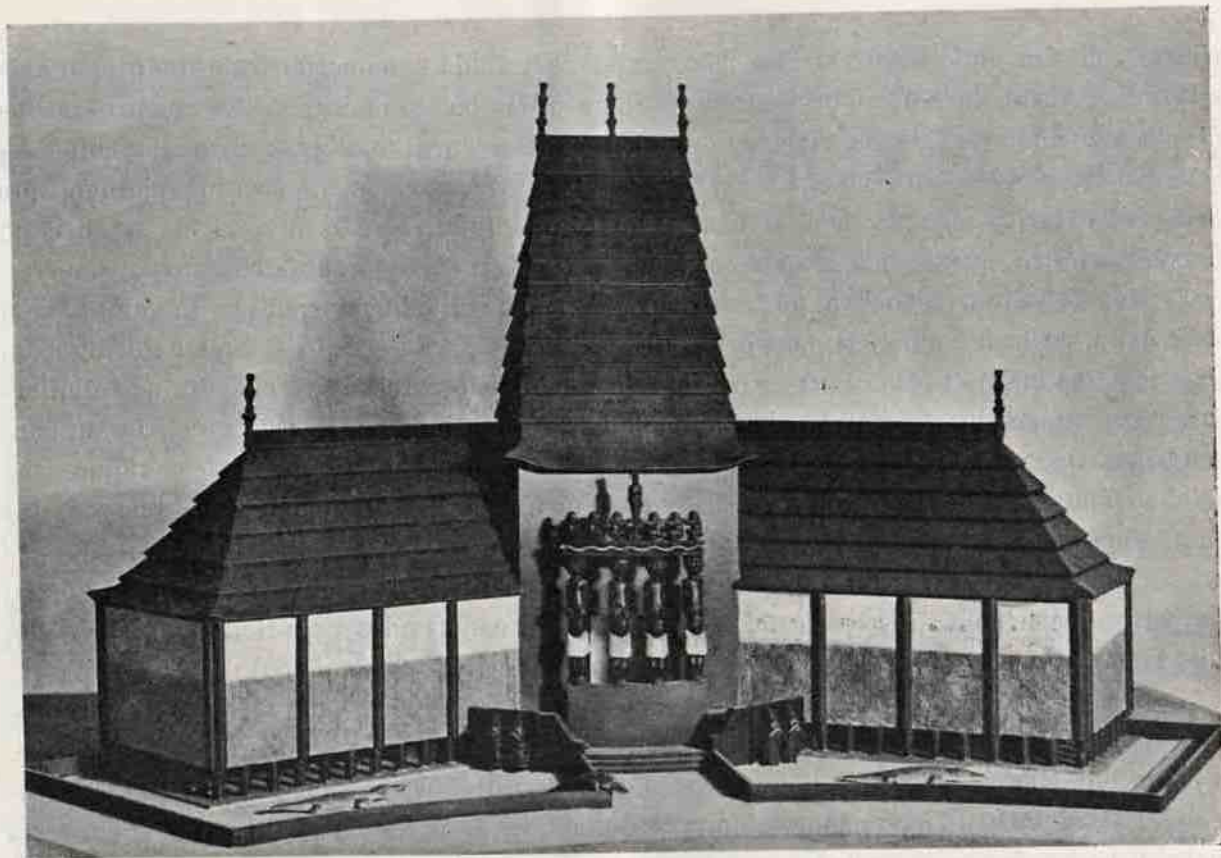
Repete-se em Lisboa a participação etnográfica vivida, a exemplo do que foi, com tanto êxito, realizado em 1934, no Pôrto, por ocasião da 1.ª Exposição Colonial Portuguesa. Esse certame marcou pela invulgar e vasta documentação etnográfica, constituindo admiração, para os nacionais e estrangeiros entendidos, a variedade das raças que ali foram concentradas. Recordamos ter sido reunido em Portugal, por esse motivo, desde os timorenses aos bochimanos (que pela vez primeira vieram à Europa), dos macaístas aos bijagós, dos landins aos indianos portugueses.

Essas deputações voltarão, em 1940, a pisar solo português da Europa, dando o seu concurso ao certame, povoando aldeias e pavilhões construídos expressamente para que, mais rigorosamente, possa fazer-se uma idea da vida etnográfica colonial da Nação.

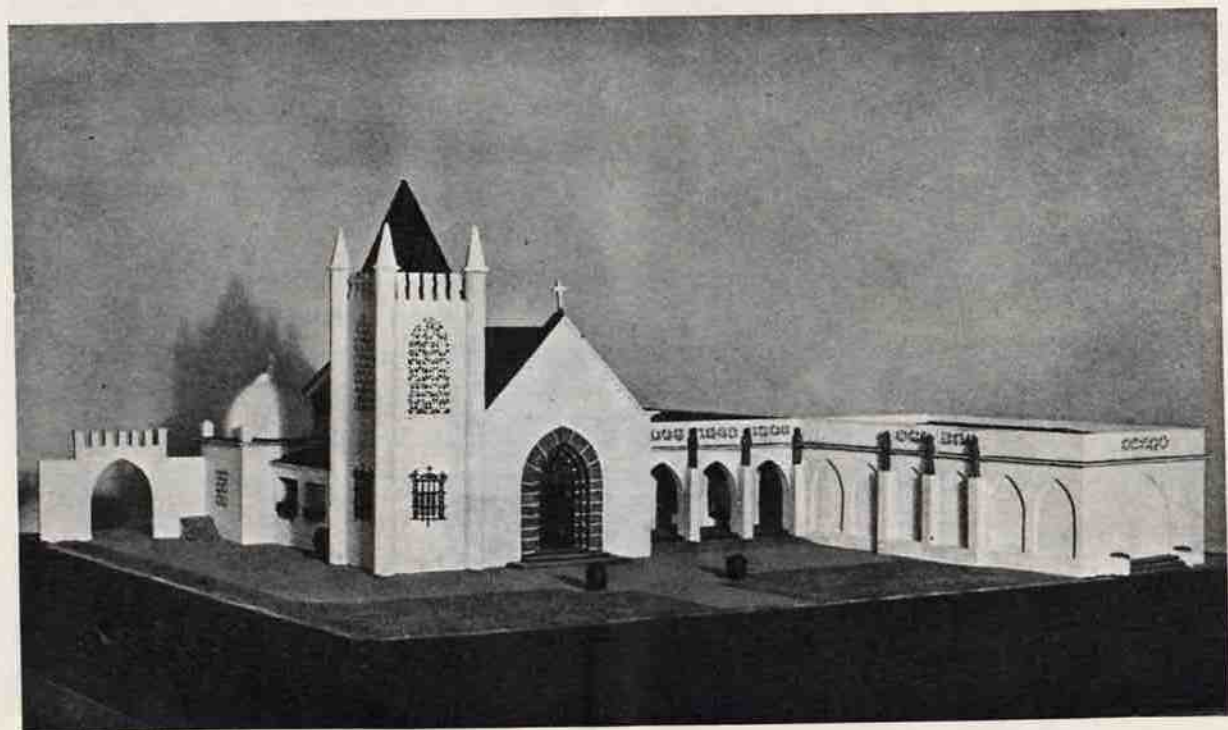
A Exposição do Mundo Português e ao Cortejo do Império (que fazem parte do programa oficial das comemorações dos centenários da Nação) virão os portugueses da África, da Ásia e da Oceania dar o vivido concurso demonstrativo da expansão, através dos continentes, deste País de navegadores e civilizadores que, após tantos séculos, reúne em festa nacional povos das mais variadas características etnográficas.



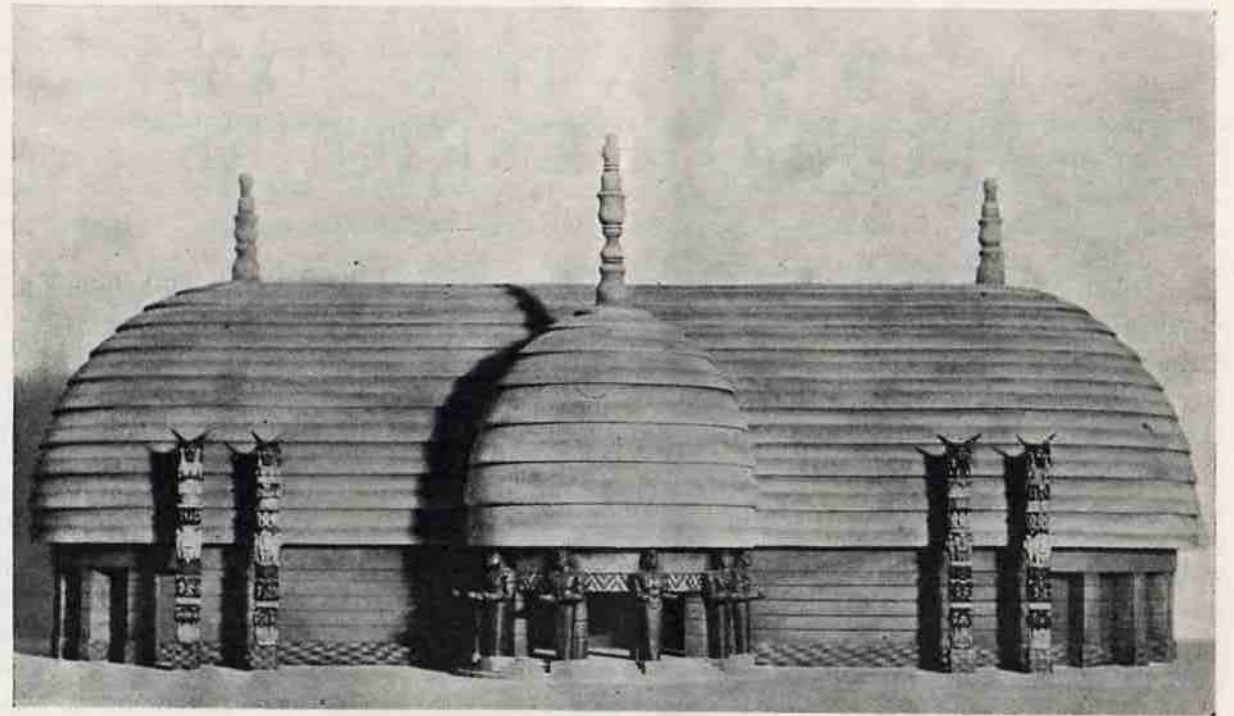
SECCÃO COLONIAL DA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS



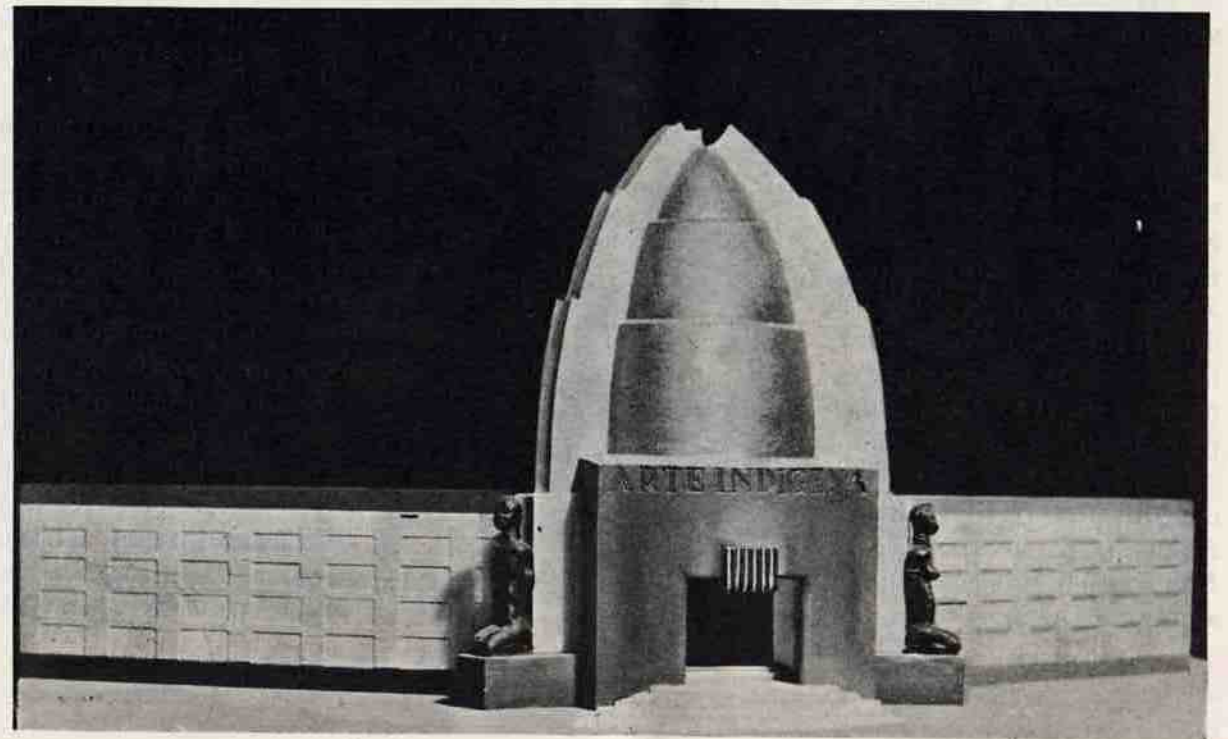
PAVILHÃO DE TIMOR, CABO VERDE, S. TOMÉ E PRÍNCIPE



PAVILHÃO DAS MISSÕES EM AFRICA



PAVILHÃO DE ANGOLA E DE MOÇAMBIQUE

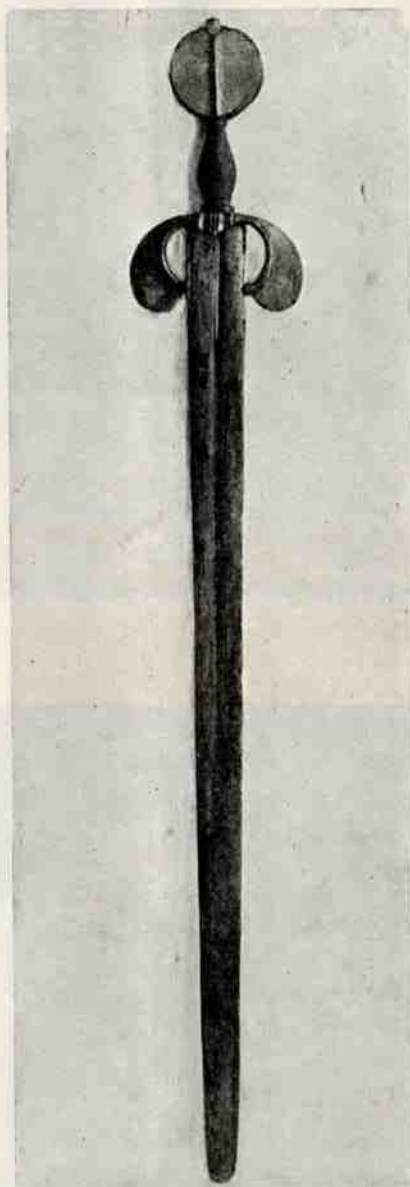


PAVILHÃO DE ARTE INDIGENA

A ESPADA DE AFONSO HENRIQUES

I

Dúvidas sempre se manifestaram à cerca da legitimidade desta arma, após haver ingressado no Ateneu Portuense ou de D. Pedro, que é actualmente o Museu de Soares dos Reis. Contudo, a raras tentou o seu exame, a verificação da genuína ou falsa valia histórica e arqueológica da mesma, pois dela apenas trataram o padre António da Cruz Pereira Coutinho (em 1841, no *Antiquário Conimbricense*, n.º 6), Seabra de Albuquerque (em 1860, no jornal *Prelúdios Literários*, n.º 11 do vol. II), o *Arquivo Pitoresco*, de 1861 (num artigo de Vilhena Barbosa, possivelmente), A. A. Leal (no *Arquivo Popular*, vol. IV, pág. 81 em 1873), Vilhena Barbosa (em 1874, nos *Estudos Históricos e Arqueológicos*) e o Dr. Augusto Simões de Castro (no *Arquivo Coimbrão*, n.º 9, de 1924). Em 1887 (28 de Outubro e 4 de Novembro) o jornal *A Vida Moderna*, reproduziu os artigos do *Antiquário Conimbricense* e no mesmo publicou José Augusto Carneiro, em 29 de Julho e 5 de Agosto, um admirável artigo, que era



A ESPADA DE D. AFONSO HENRIQUES

(Existente no Museu Nacional de Soares dos Reis, do Porto. A lâmina mede 0,835)

nem mais nem menos, a transcrição absoluta, plena, do escrito por Vilhena Barbosa no seu livro mencionado, à parte a originalidade da assinatura.

Ultimamente, no *Reporter X*, de 18 de Junho de 1932, também o Sr. Ferreira da Costa inseriu um artigo sobre a matéria, que, afinal, não passa de um cacharolete — mal cuidado e lacunar — do *Antiquário, do Arquivo Pitoresco* e mais o *Arquivo Coimbrão*. Cita a *Crónica dos Cónegos Regrantes*, para, num simulacro de seriedade, lhe aplicar o tempêro erudito; no entanto, dos três mencionados jornais é que faz cópias exactas.

A despeito daquêles artigos, ainda se mantém a dúvida. Licitamente? Não, por certo! Se Pereira Coutinho, Vilhena Barbosa e o *Arquivo Pitoresco* não esclareceram definitiva e cabalmente o problema, julgo que o desenredou o Dr. Simões de Castro, embora sem estipular francamente o seu desígnio e expôr com o relêvo bastante a prova positiva. Do artigo do *Arquivo Pitoresco* justa foi

certa observação; dalgum modo vislumbrou o autor, em parte, a verdade, mas não soube aproveitá-la.

Não grangeou esta espada a fama europeia dos dalguns guerreiros assinalados do medievalismo, cujos nomes ficaram na história e na tradição, como a *Balmung* de Siegfried, a *Durindana* de Rolando, a *Caliban* do rei Artur e a *Joyeuse* de Carlos Magno. No entanto, sem desprimor para as de Gonçalo Mendes da Maia, Nuno Álvares, D. Duarte de Meneses, Duarte Pacheco — e quantas mais! —, proclamaram-na os anais lusos como a principal, a de maior prestígio, uma vez que a nervudos golpes balisou a nacionalidade.

Que magnífico talisman, pois, não seria a sua existência!

Quanta ufania e consolação não determinaria a posse da maior e melhor relíquia nacional!

Ora, porventura, poderá gloriar-se e envaidecer-se o país de possuir a espada que, á custa de talhos rijos e animosos na moirama e no leão castelhano, o firmou e levantou com vigor perenal? Creio que sim.

Antes de se avaliar o problema sob o aspecto histórico, atente-se no arqueológico.

É indubitável que a espada tradicionalmente havida como a de Afonso Henriques e desde 1834 guardada no Museu Portuense (1) constitui uma arma dos tempos medievais, quer pela forma quer pelo tamanho (0,^m835), cuja característica maior está no punho, composto de guardas ou copos mui laminados e encurvados para baixo, ao qual se sobrepõe um largo botão ou disco terminal (2). Na verdade, não define este tipo uma época restrita, pois que, de modo geral, tanto subsistiu no século VI como no XV, tanto foi usado pelos guerreiros meroveus e carolíngios como pelos escandinavos (sec. XI), polacos (sec. XIII e XIV), ingleses (séc. XV e XVI), alemães (séc. XIII e XV) e, até, mouros. Isto no-lo testificam as seguintes obras: *Le costume, les armes, les bijoux, chez les peuples anciens et modernes* (3), de Frederico Hottenroth — *Les arts au moyen âge* (4) e *Mœurs, usages et costumes au moyen âge* (5), de Lacroix — *Guide des amateurs d'armes*, de Demmin. No entanto, certo é que larga voga logrou no baixo medievismo, a qual declinou a partir do século XV.

No geral, comprimento reduzido tinham essas espadas (de 0,^m80 a 1 metro) e assim eram aptas para combates de corpo a corpo (6).

(1) Para lá foi, após a extinção das Ordens Religiosas, do mosteiro de Santa Cruz, onde estava junto ao túmulo do rei.

(2) Desta feição era a do Cid Campeador, embora com recortes ornamentais nas guardas e no disco terminal. Desenho igual se vê numa sepultura da igreja de S. Francisco de Evora e no Apocalipse de Lorvão.

(3) Vol. I, estampa 58, n.º 61 — est. 74, n.º 1 e 3 — est. 75, n.º 6 — est. 82, n.º 1 — est. 72, n.º 37. Vol. II, est. 2, n.º 53 — est. 4 n.º 19 e 21 — est. 21, n.º 38 — est. 35, n.º 18 — est. 44, n.º 36 — est. 70, n.º 20 — est. 95, n.º 4.

(4) Espada de Carlos Magno.

(5) Pg. 37.

(6) Tem sido tal curteza um dos motivos — facto curioso! — da duvidança, quando, afinal, devia concorrer para o contrário. Entende muita gente que as espadas medievais eram compridas como lanças, demais as de homens robustos como Afonso Henriques. Ora se os montantes tinham grande comprimento pouco era o das espadas. Foi isto o que em 1861 anotou o articulista do *Arquivo Pitoresco* (Herculano?), o que ainda justamente relacionou com a frase de D. Sebastião ao contemplá-la em Santa Cruz: *Bom tempo em que se pelejava com espadas tam curtas* (*Crónica*, pg. 352). Todavia, embora aventasse e cresse que era autêntica, não tirou da observação o devido efeito. Convém lembrar mais o facto de ter sido acaçalada antes dos frades a mandarem a D. Sebastião.

Sendo mediêvica, incontestavelmente, a espada recolhida no Museu Soares dos Reis, singular perspicuidade revelariam os frades cruzios, a permitir-se um lôgro, no meticuloso desvêlo com que outra semelhante fabricaram, visto já correr perdido o uso dêsse tipo (em 1578).

A falha da certeza, das garantias, de a Portugal haver regressado a espada afonsina, na frota que carregou as tropas do rei, após a trágica epopeia de Alcácer Quibir, tem formado a causa principal das suspeitas da sua genuinidade. Sòmente a caucionava o famigerado Frei Nicolau, na portentosa *Crónica dos Cônegos Regrantes*, que, pelas suas malas-artes e pela mímica de confirmação, todos punham de quarentena. O ser a posse da espada motivo de grandes vantagens e larga ufania para o mosteiro de Santa Cruz ainda mais avolumava as difidências, pelo que a sua perda nos areais mouriscos poderia tentar os cruzios à pia fraude da substituição. No fim de contas, existia uma comprovação, existiam outras provas, firmes e cabais, mui anteriores à do ingénuo Frei Nicolau, em que até 1924 (data do artigo de Simões Castro) ninguém reparou (pelo menos numa delas). Segundo se nota, esta mantem-se ignorada. Deixemos as reflexões e exponham-se os factos.

Em 1570 poisando em Sintra, determinou-se D. Sebastião a ir de longada até à Batalha e a Coimbra, movido mais pelo desejo de contemplar o cadáver do Príncipe Perfeito e o moimento de Afonso Henriques, que desde muito o pruia, além do de assistir a um doutoramento, que por querer maravilhar-se com as belezas artísticas dêsses locais (1). Na Batalha mandou abrir o túmulo de D. João II e pôr em pé o seu cadáver que estava muito bem conservado. Depois, meteu-lhe na mão a sua espada e ao duque de Aveiro (2) ordenou o beija-mão, de passo que exclamava: *Este foi o melhor oficial que houve do nosso officio!* Sem dúvida, o jóvem D. Sebastião possuía tendências teatrais!

De Coimbra se aproximava o soberano. Porquanto as hospedarias do mosteiro de Santa Cruz em 1550 haviam agazalhado D. João III (3), cuidou o prior geral, D. Lourenço Leite, de lh'as mandar oferecer. A conselho de Martim Gonçalves da Câmara (4), preferiu albergar-se o rei no paço dos bispos. Ainda por influências do mesmo, duas vezes tentou visitar o mosteiro como aforrado ou incógnito, na companhia de alguns fidalgos. Êste vexame, porém, não surtiu o efeito desejado, porque não lhe abriram as portas (5). Baldara-lhe essas investidas o prior que distribuíra espias no âmbito de Santa Cruz, por ter novas daquêlle desígnio. Como escandecia el-rei o afôgo de vêr o túmulo afonsino não pôde evitar o aparecer como quem era. Avisado pelo cardeal D. Henrique, o prior mandou armar velozmente a igreja e preparar o devido ao solene recebimento. À porta, envolvido em faustosa capa de asperges e assistido pelos cônegos, aguardou sua alteza.

Pelos túmulos de D. Afonso Henriques e D. Sancho I devia principiar naturalmente, a visita. Com água benta os aspergiu el-rei, descoberto, apresentando-lhe o hissope o dom

(1) *Estudos Históricos e Arqueológicos*, de Vilhena Barbosa.

(2) Neto de D. Jorge de Lencastre, duque de Coimbra e bastardo de D. João II, que pretendeu convertê-lo em herdeiro da corôa.

(3) Os paços régios tinha-os êle oferecido às Escolas Gerais (Universidade).

(4) Secretário da Puridade, valido régio e inimigo dos cruzios.

(5) Assim tiraram os cônegos regrantes o seu desfôrço, tanto pelo menosprêço da hospitalidade conventual como pelo rei, devido à falta de água na cidade, ter mandado tomar conta das fontes do mosteiro, a conselho do valido.

prior. Êste, depois, ofereceu-lhe a espada célebre e êle a tomou e beijou mui reverentemente, ao passo que declarava: *Bom tempo em que se pelejava com espadas tam curtas!*

Decorridos alguns momentos, empolgado por místico fervor, assim prosseguiu: *Esta é a espada que libertou todo o Portugal do cruel jugo dos moiros sempre vencedora e por isso digna de ser guardada com tôda a veneração. Guardai, padre, esta espada, porque ainda me hei-de valer dela contra os moiros de A'frica.* (1).

Apura-se da última locução que no seu espirito já bailava a idea de a empregar nas catanadas rijas da apetejada conquista marroquina. Seria possível, até, que a retórica balofamente empolada do Dr. Jorge de Sá Sotomaior — com referências à jacente, à espada e ao escudo afonsinos — ouvida por D. Sebastião quando entrou em Coimbra, a espevitasse e definisse, como aventou o Dr. Simões de Castro (2).

Na Universidade o monarca assistiu a algumas lições e ao doutoramento de D. Jerónimo de Menezes (3) reitor da mesma, o qual se ofereceu, na fôlha de candidatos, para tomar o capêlo de doutor na Sagrada Teologia, para dar gôsto a D. Sebastião. A êste deu o mestre de cerimônias a propina devida nêsse acto, que, depois, êle entregou a D. Pedro de Menezes, parente do reitor.

*

* *

Transcorreram alguns anos. Estava-se em 1578 e D. Sebastião moía frenesins nos preparativos de passar o Estreito e subjugar os reinos de Mulei-Maluco. Ao prior geral dos cruzios, D. Pedro de Assunção, em 24 de Março escreveu uma carta, na qual pedia emprestado o escudo e a espada afonsinos sob a formal promessa de os restituir na volta, pois em Deus esperava que com tais armas sempre vencedoras havia de alcançar grande vitória dos moiros (4). A capítulo o dom prior convocou os monges para decisão do grave problema. Favorável e unânime foi o acôrdo; mas, convindo aproveitar a maré, já de prêço era o favor, decidiu-se pedir ao rei o voto de promover a canonização de D. Afonso Henriques, para, assim, mais propício lhe ser o acudimento de Deus (5). Logo mandou o prior acaçalar a espada (por efeito de a cobrir muita ferrugem), fazer-lhe uma baínha de veludo com ponteira de prata doirada e fabricar duas caixas com chave — uma para essa arma e outra para o escudo.

Foi D. Jerónimo de Meneses o portador eleito, a quem o jôvem Cid, enlevado, recebeu com farto júbilo e fêz a promessa de obter a canonização do Conquistador (o que já seu avô D. João III intentara), se, porventura, Deus lhe concedesse a vitória (6).

(1) *Crónica dos Cónegos Regrantes*, pg. 352, e *Memórias del-rei D. Sebastião*, Barbosa Machado, III, pg. 238-9.

(2) *Arquivo Coimbrão*, n.º 9, 1924.

(3) Depois bispo eleito de Miranda e bispo do Pôrto.

(4) *Crónica Con. Regr.*, pg. 361, reprodução da carta. Em *fac-simile* publicaram-na o *Antiquário Conimbricense* e o Dr. Simões Castro no *Arquivo Coimbrão*. Do cotejo avultam algumas infidelidades da *Crónica*, embora de somenos valor. Transviou-se o original na mudança do cartório de Santa Cruz; todavia, o secretário geral do distrito de Coimbra, ao tempo, conseguiu rehavê-la. Depois de *fac-similada* para o *Antiquário*, remeteu-se à Torre do Tombo.

(5) Esta acta capitular foi publicada no *Antiquário*, pg. 48, e no *Arquivo Coimbrão*.

(6) *Crónica*, pg. 361. Isto comprova que a idea de tal canonização não foi espontânea no rei, antes derivou dos cruzios, os quais sabiam calcular as fartas vantagens que da mesma adviriam. Frei Nicolau omite a origem do voto, deixando crêr que foi impulso do monarca.

No camarim real da armada se guardaram tais relíquias nacionais, que para D. Sebastião valiam como talismans.

Até aqui não há divergências dos autores, as quais se manifestam depois em dois rumos: o de as armas se haverem transviado no louco turbilhão da batalha ou no babelismo revólto do desembarque e o de, firmado em Nicolau de Santa Maria, terem regressado a Portugal, por ficarem esquecidas na frota, e serem restituídas a Santa Cruz. Êste, porém, graças aos maus créditos do fiador, não pôde impôr o seu valimento. Justamente? Parece que não.

Ora desta guisa relata o monge cronista: *Mas como Deus Nosso Senhor, por seus altos e secretos juízos, permitiu que o rei fôsse vencido dos mouros, dispôs as coisas de maneira que as armas de Afonso Henriques ficaram na armada por esquecimento, não querendo que armas sempre vencedoras fôsem vencidas dos mouros, e na mesma armada voltaram a Lisboa e D. Henrique as mandou ao mosteiro de S. Vicente e daqui as levou a Santa Cruz o cônego D. Francisco das Neves, que então estava em S. Vicente. Passando êle por Santarém o prior desta vila fez juntar os principais dela na matriz, subiu ao púlpito e mostrando as armas disse: Eis aqui, nobres moradores de Santarém, a espada e escudo com que esta nossa terra foi livre dos mouros pelo glorioso e invicto D. Afonso Henriques; alegrai-vos todos com as vêr e venerar e de novo demos graças a Deus por tam grande benefício. E descendo do púlpito deu a beijar a todos a dita espada como relíquia. E não hà dúvida que foi milagre escaparem estas armas em tempos tam confusos e tam revôltos como aqueles (1).*

Vilhena Barbosa limita-se a reproduzir o dito discurso, em resumo: Ficaram esquecidas na armada, tal era a ânsia (de D. Sebastião) de vêr a terra da conquista, o ardor de combater, a impaciência de pisar terra inimiga. Voltaram ao reino na mesma armada e o cardeal D. Henrique as enviou a S. Vicente de Fóra, donde para Santa Cruz as levou o cônego Francisco das Neves. Em 1834 o govêrno ofereceu a espada ao Museu da Academia de Belas Artes do Pôrto.

Foi o P.^o Manuel da Cruz Pereira Coutinho, com o seu artigo do *Antiquário Coimbrão* (n.^o 6), o maior inimigo da legitimidade da arma. Nêle qualificou de singular o seu abandono no camarim real, após o enorme empenho do soberano em a possuir (quando não para servir em combate aldemenos para incentivo dos seus cavaleiros), e de embuste o relato de Frei Nicolau, que seria determinado pelo magno interêsse dos cônegos, para os quais a espada constituia um excelente e profícuo atraimento. Essa crítica negativa firmava-se em três bases: a parcialidade do cronista, a improbabilidade do esquecimento e a falta de registo do regresso das armas nas actas capitulares (de 1574 a 60), mormente por nelas ter ficado assente o seu empréstimo. A última, por certo, é a mais poderosa,

Dados os maus costumes do padre-mestre Nicolau, justas são tôdas as difidências. O empregá-las, porém, contumaz e sistemáticamente deixa de ser justo. Ora se pôde presumir-se que, por honra e proveito do seu mosteiro, desse largas à imaginação não pôde provar-se que tal fizesse.

(1) Aparte o cunho milagrento do facto aplicado pelo autor, convém notar a clareza e a singeleza da narrativa. Ainda, porém, que fôsse inventada, prescindível era o episódio de Santarém, o qual como ficção pouco adiantava e como verdade é admissível e plausível.

Singular, na verdade, se revela o facto do esquecimento, mas garanti-lo como improvável será garantir demais: *quod nimis probat nihil probat*. Quantas vezes não acontece um pleno esquecimento em tais condições? Põe-se empenho num objecto para determinado fim, coloca-se em lugar visível, fixa-se *in mente* o cuidado de não o olvidar no ensejo próprio; quando êste surge, por efeito de uma precipitação, de qualquer perturbação accidental, vai-se ao destino e fica abandonado, esquecido, o objecto dêsse afã. Todos nós conhecemos o facto por experiência própria. Logo, se tais armas ficaram esquecidas na hora do desembarque, temos de aceitar a legitimidade da espada subsistente.

Crêdora de reflexões é, na verdade, a falha do assento capitular do regresso da espada e do escudo, quer por isso haver causado magno regosijo e proveito no mosteiro quer por haver sido feito o da partida, como observou Pereira Coutinho. A fim de agravar essa lacuna, notou êle a mesma falta num livro de apontamentos históricos do convento, do século XVIII (embora incluísse a carta, resumida, de D. Sebastião, a pedir o empréstimo das armas), e o malôgro do exame rigoroso feito em 1834 no arquivo de Santa Cruz, para se averiguar a autenticidade do regresso das armas (1).

Pereira Coutinho carregou bem a parte, mas não conseguiu estabelecer a prova da falsidade. Julgo, pois, que Frei Nicolau, doutor em desvairadas trapaças, no caso escreveu com fiel verdade. É oportuno registrar, ainda, a opinião de Seabra de Albuquerque, segundo a qual as armas ficaram na África, mas não as caixas. Estas vieram vãs. O cardeal D. Henrique, sem verificar o seu conteúdo, mandou entregá-las aos cônegos de S. Vicente. Fôram êstes que dolosamente forjaram novas armas. Boa imaginativa, é indiscutível!

No entanto, o padre Coutinho, que por vários lados verrumou o problema, não fez reparo, como nenhum dos mais autores mencionados, noutra falta não menos singular. O mosteiro emprestou uma espada e um escudo e tais armas recebeu. Todavia, só aquela se manteve. Como e quando desapareceu o escudo?

Julgando-o inventor de uma pia fraude, assanhou-se rudemente o padre Coutinho contra Frei Nicolau, cujos assertos pretendeu anular com uma exegese triunfante. *Seguir Frei Nicolau sem abonadores num facto só por êle narrado é crer de leve*, proclama o reverendo, no que, em princípio, tem razão.

Ora, afinal, o crítico censurava também de leve, no que não fugia ao espírito da época, donde o cinciar fortemente.

Que boa verdade, não foi só Frei Nicolau quem tal afirmou. Outro cronista, quarenta anos antes, em 1628, o mesmo garantiu. A Pereira Coutinho, homem erudito, cabia a obrigação de o conhecer e dêle não podia suspeitar como interessado na volta fortunosa das armas, pois não era cônego regante. Ao Dr. Simões Castro pertence o descobrimento do novo testemunho, o qual publicou no *Arquivo Coimbrão* (n.º 9).

Eis as palavras de Faria e Souza, no *Epitome de las Historias Portuguesas* (pg. 303, ed. de 1677): *Levava elrey la espada y escudo de nuestro nunca vencido y primero rey Don Alfonso para entrar en la batalla con armas que ya tenian avassallados y rendidos tantos enemigos de la Fé—mas como Dios tenia determinado que fuessen ellos aora vencedores, no quiso que fuessen ellas vencidas—permitió que el Rey desembarcasse sin ellas, y bolvieran al monasterio de Santa Cruz de Coimbra, cuyos Religiosos se las avian fiado*

(1) Foi ordenado pelo secretário geral do distrito de Coimbra.

con grandes condiciones y las guardan con la estima de joyas las mas preciosas.

Entendo que não pôde causar a menor dúvida êste depoimento; julgo-o de sobejo concludente e probativo da veracidade do regresso das armas; creio que Faria e Sousa devia estar informado de ciência certa e direi, se vós permitis, que Frei Nicolau dêste cronista copiou o seu trecho, pois é flagrante a similitude dos mesmos. Assim, as armas sempre vencedoras dos mouros pelos mouros não foram vencidas.

Outra prova no-la patenteia o *Itinerário da jornada que fez o Sr. Manuel Severim de Faria, cônego e chantre da Sé de Évora a Miranda no ano de 1609* (1), completamente insuspeito. Ao narrar a visita a Santa Cruz de Coimbra, nêle se encontra esta singela menção: *Está aqui mesmo a sua espada.*

As palavras de Faria e Sousa e de Severim de Faria, que viveram na época do facto debatido, revelaram, na sua simplicidade, a inteira convicção geral da espada ter voltado da África. Devem, pois, aceitar-se como verdadeiras, até prova em contrário.



Nos estudos supra-referidos mal se atenta no escudo. Todavia, regressou êle, também, ao abrigo secular de Santa Cruz. Na mesma obra (pg. 180) o assegura Faria e Sousa (no que não reparou o Dr. Simões Castro), desta maneira: *La espada y el escudo con que peleava y la sobrepeliz con que seguia el Coro son oy en aquel monasterio joyas inestimables*; no *Intenerário* de mestre Severim isto se lê: *Em hũa capella da sanchristia se guarda inda seu escudo, do qual dizem q̄ estando pendurado cahia no chão em o dia q̄ morria qualquer rey deste reyno e q̄ quando se perdeo a batalha de Alcaçere cahio e se fez em pedaços* (2).

Em ocasião ignorada, embora depois de 1628, levou sumiço. As culpas, é de supor, não caberão aos cônegos regrantes, pois um dos merecimentos da extinção das Ordens religiosas foi o de converter o país numa feira de piratarias e brutalidades. Nêsse homérico *arranje-se quem puder* notáveis heróis se distinguiram, dos quais não faltam netos digníssimos.

Se o arrazoado não basta para elucidar o problema, para quem melhor souber dizer o caminho fica livre.

CARLOS DE PASSOS

(1) Ms. publicado em 1933 em a *Nação Portuguesa*, fasc. XI, pg. 302.

(2) Na *Revista Literária* (vol. XI, pg. 527, ano de 1843) publicou R. Gusmão um artigo sôbre o escudo, em 1857 reimpresso no *Instituto*, de Coimbra (pg. 174). Assim nos informa: Por efeito das suas investigações de história conimbricense, quiz vêr o escudo afonsino. Por um padre soube que tinha desaparecido, em ocasião e condições ignoradas, subsistindo apenas o relato da Crónica de Frei Nicolau, segundo o qual o escudo era de pau de figueira, com fôrro de coiro de boi, oleado e pintado, medindo 5,5 palmos de comprimento e 3 de largura. Todavia, Brandão, na *Monarquia Lusitana*, III, pg. 178, e Faria e Souza, no *Epitome*, 3.ª parte, cap. I, dizem que era pintado de branco com cruz azul, da forma potenteia (de braços em T), cujas côres fôram escolhidas para o laço nacional estipulado pelas côrtes gerais extraordinárias e constituintes de 1821, depois fixadas por decreto.

Afinal, esta forma potenteia é negada por Duarte Nunes de Leão e André Rezende, assim como por um *bilhão* (moeda) de Afonso Henriques, visto dizerem que era a latina simples, sôbre escudo branco. Além disso, só no fim do seu reinado o conquistador deveria ter usado emblema no seu escudo, segundo prova o Dr. António de Vasconcelos no óptimo artigo *O Escudo Português*, publicado na *Lusitânia*, III, 1924.

CASTELOS DE PORTUGAL

FEIRA

É um dos Castelos melhor conservados e dos mais interessantes e característicos exemplares de arquitectura militar medieval.

De remotíssima fundação e de gloriosas recordações históricas, êle constitue hoje, — porque não afirmá-lo? —, um monumento maravilhoso e expressivo que nos fala, melhor do que nenhum outro trabalho histórico, da grandeza dêsse passado distante.

À sombra das suas vetustas muralhas e das suas robustas tórres desenrolaram-se notáveis acontecimentos.

Mas um dos factos históricos de maior relêvo que nos rememora esta antiquíssima fortaleza, é, sem dúvida, a sua actuação em prol da independência de Portugal, lançando logo nos primeiros meses de 1128, o seu grito de revolta contra D. Tereza, colocando-se abertamente ao lado de D. Afonso Henriques.

Como esquecer tão memorável monumento militar, nas festas centenárias, que se avizinham, se o valor do seu esforço e da sua heróicidade na libertação de Portugal e na formação da nacionalidade, ainda hoje, decorridos tantos séculos, ecôa no coração de todos os portugueses robustecendo-lhe a sua fé e insuflando-lhe alento para continuarem guardando carinhosamente todo êste maravilhoso Império daquém e dalém mar, de que os Castelos foram as mais vigilantes atalaias e os seus mais estrénuos defensores?

Compete a todos os patriotas, e em especial aos professores, como guias da esperançosa mocidade portuguesa, fazer reviver no espírito dos novos a beleza dos actos heróicos, os admiráveis episódios históricos e as curiosas lendas que se prendem a êstes significativos e gloriosos padrões, formosas iluminuras da grandiosa História de Portugal.

O Castelo da Feira está situado no mais alto dos montes que rodeiam a Vila da Feira, cercado de exuberante vegetação e dêle se disfruta um surpreendente e vasto panorama.

O estado actual desta antiquíssima fortaleza, permite-nos verificar que profundas modificações deveria ter sofrido, no decorrer dos séculos, determinadas, sem dúvida, pelos progressos da arte da guerra.

A gravura que aqui reproduzimos dá-nos uma idea dêste majestoso monumento militar que se impõe à nossa admiração pela sua história e pelo seu admirável conjunto de tão harmoniosas linhas architecturais.

O bom estado de conservação em que se encontra deve-se ao esforço muito louvável e patriótico da Comissão de Vigilância pela Guarda e Conservação do Castelo da Feira, que tem procurado manter e guardar êste belo e interessante exemplar de arquitectura, só com o auxílio particular local.

Se outras povoações portuguesas que possuem castelos seguissem tão significativo e patriótico exemplo, não teríamos que lamentar a perda de alguns dêstes valiosos monumentos históricos, que o vandalismo e a acção do tempo fizeram desaparecer ante a vergonhosa indiferença das entidades officiais.

Não temos dados seguros para precisar a data da sua fundação, mas sabemos que

por êle passaram os romanos, pois temos vestígios da sua passagem ou permanência, com as três aras romanas ali encontradas, quando duma das reconstruções que sofreu, e que ainda hoje se conservam expostas como documentos históricos e arqueológicos dessas épocas afastadas.

A mais antiga notícia escrita referente a esta velha fortaleza remonta aos tempos de D. Bermudo III (1028-1037) rei de Leão, que se refere à batalha contra os moiros, travada na vila de Cézar, nessa época encorporada no território do Castelo de Santa Maria.

Em muita conta tinham os reis de Castela e os primeiros reis de Portugal êste território, como se depreende da disposição que concedia fôros e privilégio de infância, a todo o cavaleiro aqui nascido, e o fôro de cavaleiro a todos os peões.

Muitas outras referências posteriores existem e que comprovam a antiguidade dêste monumento, que era certamente abrigo forte e seguro, como se deduz do testamento de D. Sancho I, em que determina que os Castelos de Alenquer, Viseu, Guimarães, Montemor e Santa Maria, todos fortalezas importantes, darão entrada à rainha D. Dulce e às infantas suas filhas, sempre que elas necessitem para defesa de suas pessoas e haveres, e que poderão demorar-se no Castelo de Santa Maria quanto tempo quizerem.

Muitos outros acontecimentos e factos notáveis estão intimamente ligados às evocativas muralhas dêste glorioso padrão nacional, e que, resumidamente, irei apontando no decorrer destas ligeiras notas.

Em 1300, D. Diniz deu em dote à sua mulher D. Isabel de Aragão o Castelo da Feira, e mais tarde o príncipe D. Afonso, descontente com a predileção com que D. Diniz distinguia o filho bastardo Afonso Sanches, revolta-se contra o pai e toma para si êste Castelo, pondo termo às desavenças a intervenção de sua bondosa mãe a Rainha Santa Isabel.

Em 1357, D. Pedro I fez mercê da alcaidaria desta fortaleza a Gonçalo Garcia de Figueiredo, aio do infante D. João, seu filho e de D. Inez de Castro.

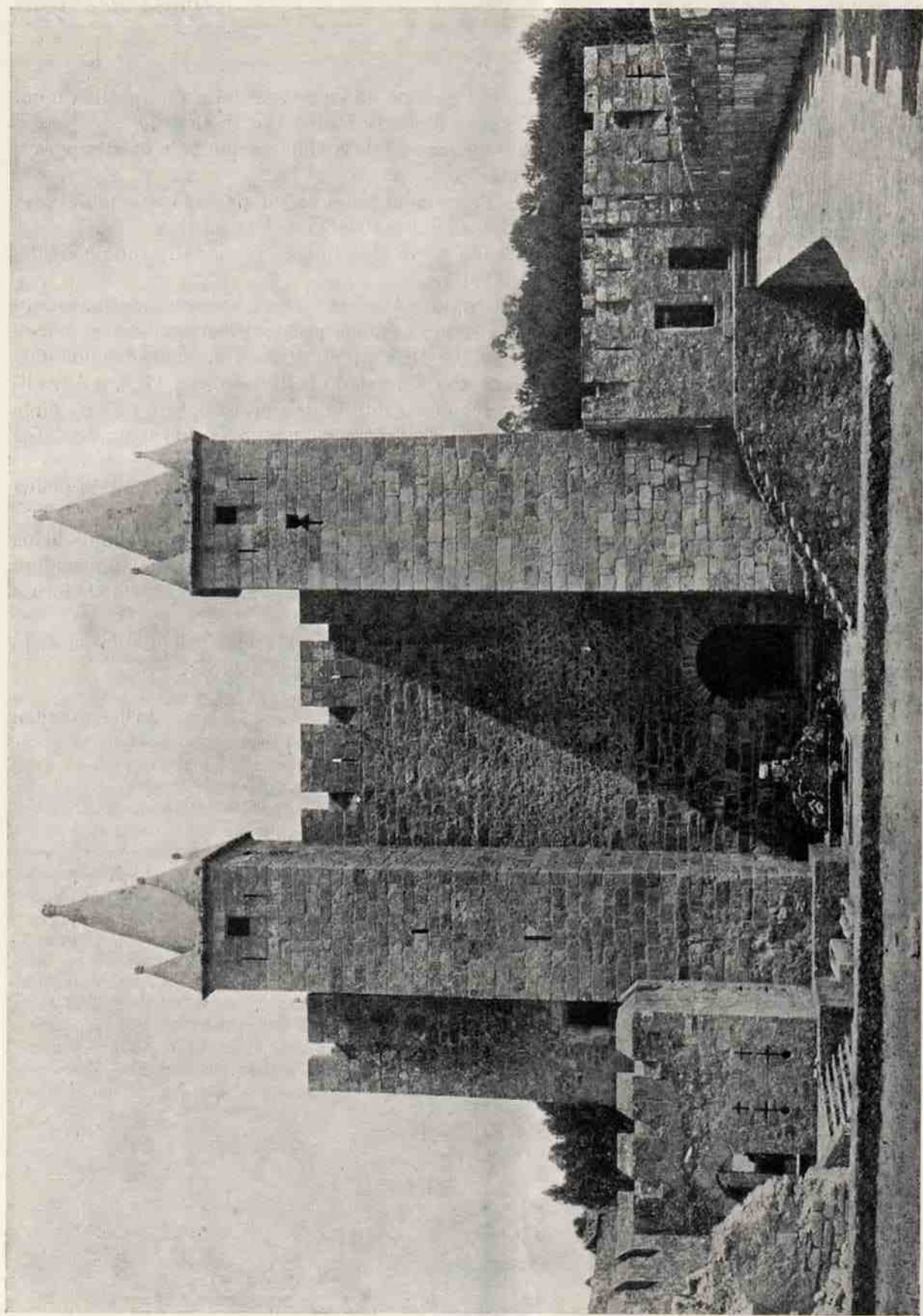
Decorreram mais alguns anos e em 1382, manda D. Fernando I que o alcaide Diogo Gonçalves entregue o Castelo da Feira a seu cunhado D. João Afonso Telo, irmão da rainha D. Leonor Teles, razão talvez porque, em 1383, sendo então alcaide Martim Correia, êste declarou-se ao lado dos reis de Castela; mas em 1385 foi tomado por Gonçalo Vaz Coutinho, pai do primeiro conde de Marialva, para o mestre de Avis, sendo depois por D. João I confiada a alcaidaria ao heróico João Rodrigues de Sá, o célebre Sá das Galés, e fazendo mercê das terras de Santa Maria, como prémio dos serviços prestados à sua causa a Álvaro Pereira, filho do célebre Rui Pereira, que tão relevantes serviços prestou a D. João.

Em 1455, quando da intriga entre D. Afonso V e o seu tio D. Pedro, duque de Coimbra, D. Afonso V escreveu a João Álvares Pereira, senhor das terras de Santa Maria, para que, com seu filho Fernão Pereira, se preparassem no Castelo da Feira contra D. Pedro.

Em Novembro de 1448, foi dado a Fernão Pereira com a obrigação de o refazer, corrigir e reparar os muros, paredes e tudo que necessário fôsse para a sua fortaleza e boa defesa.

A Fernão Pereira sucedeu seu filho Rui Vaz Pereira, que foi o primeiro conde da Vila e Castelo da Feira, a quem se atribue a continuação das obras que teriam sido feitas por seu pai.

Em 1700 morre o último conde da Feira D. Fernando Forjaz Pereira, passando a maior parte do condado da Feira para a casa do infantado e ficou o Castelo e tôdas as propriedades e fôros a êle vinculados pertença desta casa até 1834.



CASTELO DA FEIRA

Nêle se hospedou, em 1502, D. Manuel I quando de passagem para Compostela e em 1852 passaram por êle o rei D. Fernando e seus filhos D. Pedro V e D. Luís I.

Em 1580, D. António Prior do Crato utilizou-se da artilharia que nêle existia para o assalto a Aveiro, que lhe recusava a sua adesão.

Depois do século XVI o Castelo da Feira começou a sofrer profundas modificações na parte militar com o fim de embelezar e beneficiar o Palácio e seus jardins.

Em 19 de Março de 1881 foi classificado como Monumento Nacional, sendo considerado Monumento Militar em 16 de Junho de 1910.

Como se vê, o Castelo da Feira foi teatro de inúmeros factos históricos dos quais aqui damos breve notícia, e como quasi todos os outros monumentos desta natureza, sofreu grandes estragos com as inclemências do tempo e com a ignorância e maldade dos homens.

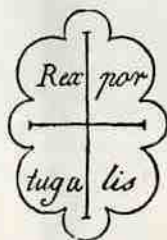
Até, por infortúnio, um incêndio o deixou em estado lastimoso, em 1722, e é tradição que foi o Govêrno que mandou lançar o fogo com intuito de inutilizar êste refúgio onde se abrigava o turbulento infante D. Francisco com sua gente, quando se turvavam dos ares da Capital.

Também o terramoto de 1755 lhe causou alguns estragos, mas felizmente de pouca importância.

O Castelo da Feira é, como já dissemos, um dos bem conservados e dos mais belos de Portugal e justo era convertê-lo num museu de recordações históricas que se prendam ao monumento e à terra que êle defendeu, ampliando-lhe assim a sua missão educadora e altamente patriótica.

Mas com ou sem museu êle deve ser conservado como gloriosa relíquia do passado e como fonte inesgotável de preciosos subsídios históricos e arqueológicos.

JORGE LARCHER



REVISTA DA IMPRENSA

IMPRENSA PORTUGUESA

O «Diário da Manhã» inseriu, no seu número de 26 de Julho último, a seguinte entrevista com o sr. dr. Augusto de Castro, em que o commissário geral da Exposição do Mundo Português afirma que os trabalhos do certame estão muito adiantados, o que assegura a certeza de que ficarão concluídos na data própria :

«O dr. Augusto de Castro, jornalista, escritor, diplomata, homem de acção, é agora o Commissário Geral da Exposição do Mundo Português.

Tinha interesse ouvi-lo sobre a marcha dos trabalhos. Isso fizemos e grato nos foi poder registar, para que o grande público as conheça, estas suas valiosas informações :

— Os trabalhos da Exposição do Mundo Português estão muito adiantados por forma a darem já a garantia daquilo que desde a primeira hora não deixei de afirmar: isto, é, que a Exposição estaria concluída e pronta a ser inaugurada na data prevista e fixada pelo sr. Presidente do Conselho: 15 de Junho de 1940. As estruturas metálicas de todos os Pavilhões estão muito adiantadas; alguns dos Pavilhões já começam a estar cobertos. Até ao começo do inverno as construções serão acabadas para se dar início aos arranjos e decorações internas que, de resto, já foram confiadas a vários artistas que nelas estão trabalhando. Cada Pavilhão histórico tem, além do seu architecto, engenheiro e decoradores, o seu director erudito, visto que cada um deles representa um capítulo por imagens da história de Portugal, e a evocação histórica tem de correr paralela com a evocação artística. Todos esses directores, que são Gustavo de Matos Sequeira, Quirino da Fonseca, Afonso de Dornelas, Pastor de Macedo, Júlio Caiola, Norberto de Araújo, têm os seus planos organizados. Convoquei uma reunião para o próximo dia 5. Nessa conferência, o plano geral e erudito da Exposição, sob o seu aspecto de decoração interna e reconstituição histórica, ficará definitivamente assente. Os trabalhos de urbaniza-

ção começaram e alguns vão adiantados. Foram abertos e estão decorrendo os concursos para a adjudicação do Parque de Atracções, dos serviços de transportes internos da Exposição, etc. Vão ser abertos concursos para adjudicação dos serviços restantes, susceptíveis de adjudicação por concurso. A Comissão Administrativa, por mim organizada e presidida, está trabalhando em pleno. Teatro, restaurantes estão em construção. O Jardim dos Poetas vai ser iniciado. Estou apenas a enumerar-lhe as realizações principais e a indicar-lhe o ritmo dos trabalhos. Uma cidade nova está surgindo em Belém, à margem do Tejo e à sombra dos Jerónimos.

— Lisboa terá, portanto, a sua Exposição em Junho de 1940?

— Sem dúvida. Já não é em nome de previsões ou promessas que se pode falar — mas em nome de realidades. Todos os elogios são poucos aos architectos, engenheiros e a todos os colaboradores da Exposição, que têm trabalhado dedicadíssimamente. Mas é sobretudo à acção inexcedível e incansável do engenheiro Sá e Melo que tem o segredo de se multiplicar todos os dias em inteligência e competência e ao verdadeiro génio artístico desse prodigioso Cottinelli Telmo, grande entre os maiores, que se deve o êxito do enorme esforço despendido na realização do admirável pensamento das directrizes do sr. Presidente do Conselho, criador da Exposição. A eles se deve o êxito já assegurado — e também à sombra benfazeja, sempre presente, do sr. Ministro das Obras Públicas, o mais extraordinário realizador que tenho conhecido, e a quem folgo de mais uma vez prestar as minhas justas e gratas homenagens».

OUTROS PAISES

O grande jornal de Bucarest «Universul», que tem acompanhado com o maior interesse quanto diz respeito às festas nacionais de 1940, publicou recentemente um longo e magnífico artigo sobre o significado das comemorações do duplo centenário.



NOTAS VÁRIAS

A PROPAGANDA NO ESTRANJEIRO DOS ACTOS CULTURAIS DAS COMEMORAÇÕES

A medida que se aproxima o ano das celebrações centenárias, vai-se intensificando, naturalmente, a propaganda no estrangeiro das festas de 1940, sobretudo daquelas manifestações que, pelas suas características, mais podem interessar as altas personalidades de além-fronteiras.

Assim, o sr. dr. Júlio Dantas, presidente da Comissão Executiva dos Centenários, esteve recentemente em Genebra, Paris, Bruxelas e Haia, tratando de assuntos respectivos às comemorações e, em especial, ao Congresso do Mundo Português.

A colaboração de altas instituições de cultura e de individualidades eminentes estrangeiras nos nove congressos do Mundo Português e nos outros actos e solenidades de carácter intelectual previstos para 1940 pode considerar-se assegurada, devendo reunir-se em Portugal, nessa data, algumas das mais prestigiosas figuras da ciência e das letras nos países da Europa e da América, além de delegações das Universidades, das Academias e dos Institutos, e de representantes das bibliotecas, arquivos e museus estrangeiros em cujos fundos existem colecções manuscritas, iconográficas e cartográficas de interesse acentuadamente português.

Também o sr. António Ferro, director da Secção da Propaganda e Recepção, da Comissão Executiva, tratou em Nova Iorque, Londres e Paris da propaganda das festas centenárias. Nesta última cidade, avistou-se com numerosos escritores e jornalistas acerca da organização do Congresso da Imprensa Latina que se inaugurará em Lisboa, no dia 20 de Junho do próximo ano.

«OITO SÉCULOS DE HISTÓRIA»

A Secção de Propaganda e Recepção da Comissão Executiva dos Centenários, que funciona no Secretariado da Propaganda Nacional, editou agora em português, francês e inglês um folheto sobre o significado histórico das festas nacionais de 1940. Esta publicação, que apresenta uma sugestiva capa de Bernardo Marques e Fred Kradolfer, intitula-se

«Oito séculos de História». Insere ainda, acompanhado de algumas fotografias dos principais monumentos ligados à história de Portugal, um resumo do programa das comemorações do duplo centenário e várias informações sobre os meios de visitar o país.

TRES IMPORTANTES CONCURSOS ABERTOS PELA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUES

Encontra-se em plena actividade não só a construção dos diversos Pavilhões da Exposição do Mundo Português, mas também os trabalhos relativos à organização interna deste importante certame.

O Comissário Geral da Exposição resolveu abrir três concursos públicos para a adjudicação, respectivamente, de um grande «Parque de Atracções» que será localizado nos vastos terrenos que ficam do lado de trás dos Jerónimos, de um «Parque de Atracções Náuticas», a estabelecer no «Espelho de Água» que se vai construir na zona marginal, e da «Exploração dos Transportes Mecânicos» do recinto da Exposição.

Qualquer destes três concursos tem inteira viabilidade comercial, não só pelas facilidades concedidas pelo Comissariado, mas ainda pelo movimento de visitantes que a Exposição terá e que se prevê seja de alguns milhões de pessoas.

O «Parque das Atracções» deve ter o interesse e a grandeza dos parques similares das exposições internacionais.

Sabemos que o Comissariado aceitaria muito bem uma grande atracção sensacional e que fôsse de inteira originalidade. Se os interesses de Lisboa, como grande cidade europeia, assim o exigirem, poderá até este «Parque de Atracções» tornar-se definitivo.

O «Parque de Atracções Náuticas» deve ter muitos frequentadores, visto que a exposição vai funcionar em pleno verão e é bem conhecido o entusiasmo de muita gente por estas diversões.

Os combóios automóveis que se pretende organizar no recinto da Exposição, à semelhança dos que funcionaram em 1937 em Paris, devem ter grande movimento, em virtude da enorme área ocupada pela Exposição e pelo desejo que todos têm de se proteger do calor e do sol.

